



EIXO 6 – FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ETNICOEDUCACIONAL, INTERCULTURAL, AMBIENTAL E DE MIGRANTES

AS CARTAS XUKURU E A RECONFIGURAÇÃO DAS FONTES HISTÓRICAS: REFLEXÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E ETNICOEDUCACIONAL

Bárbara Renata Cavalcante Ferro de Melo

UFRPE/FUNDAJ

prof.barbaraferro@gmail.com

Mariana Batista Dias

IFS

marianabdias@yahoo.com.br

Raab Albuquerque dos Santos Gomes

UFRPE/FUNDAJ

raabalbuquerque@gmail.com

Financiamento: FACEPE

Resumo

As Assembleias Xukuru do Ororubá, realizadas desde 2001, constituem espaços político-espirituais de decisão coletiva, memória ancestral e elaboração de estratégias de luta pelo território. A partir de 2002, esses encontros passaram a registrar suas deliberações em cartas produzidas coletivamente, que, ao longo de duas décadas, formaram um corpo documental composto por 22 textos. Mais que atas administrativas, as cartas configuram-se como arquivos vivos que condensam experiências, espiritualidade e visões de mundo do povo Xukuru. Este artigo analisa essas cartas como documentação histórica e prática pedagógica, articulando historiografia, história oral e descolonização do conceito de fonte histórica, com ênfase na formação de professores para uma educação inclusiva e intercultural. Alinha-se ao Eixo 6 da pesquisa educacional, ao investigar como essas práticas discursivas contribuem para a formação de docentes comprometidos com a educação inclusiva, etnoeducacional, intercultural, ambiental e de migrantes.

A pesquisa parte da crítica à historiografia tradicional, que privilegiou documentos



oficiais e escritos como fontes legítimas, deslegitimando memórias orais e registros comunitários de povos indígenas, quilombolas e populares. Fundamenta-se em autores que problematizam o conceito de documento histórico, como (LE GOFF, 2006), para quem todo documento é também um monumento carregado de intencionalidades, e (CERTEAU, 2014), que entende a escrita da história como prática social e de poder. Dialoga ainda com a perspectiva decolonial de (QUIJANO, 2005), que denuncia a colonialidade do saber e a hierarquização epistêmica, e com (WALSH, 2014), que propõe a interculturalidade crítica como espaço de enfrentamento e construção de alternativas civilizatórias. A dimensão espiritual presente nas cartas é compreendida à luz de (KRENAK, 2020) e (VIVEIROS DE CASTRO, 2011), que ressaltam a inseparabilidade entre política, cosmologia e território nas epistemologias indígenas, enquanto (LUGONES, 2018) contribui para a compreensão da resistência ontológica diante da colonialidade do ser.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, entendida como aquela que busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas e contextos (MINAYO, 2012), combinando análise crítica do discurso (FOUCAULT, 2013; CHARAUDEAU, 2015) e perspectiva decolonial. O corpus de 22 cartas (2002–2023) foi submetido a análise documental com categorização temática e mapeamento de frequências de pautas recorrentes, como juventude, gênero, diversidade LGBTQIAP+ e defesa do território. As cartas foram tratadas como práticas discursivas que articulam memória, espiritualidade e poder, compreendendo-as como tecnologias de mundo que reconfiguram o conceito de arquivo histórico.

Os resultados indicam que as cartas das Assembleias Xukuru funcionam como dispositivos de poder-saber que não apenas registram acontecimentos, mas criam realidades, reafirmando a autonomia política e espiritual do povo. Ao costurarem passado, presente e futuro, evocando lideranças ancestrais e incorporando pautas contemporâneas, as cartas operam como pedagogia da memória e prática de história oral, tensionando a cisão moderna entre documento escrito e narrativa oral. Essa característica posiciona as cartas como insurgência epistêmica frente à colonialidade do saber, propondo uma ampliação do conceito de fonte histórica para incluir arquivos



espirituais,
comunitários.

coletivos e

Do ponto de vista educacional, a análise das cartas aponta a necessidade de repensar a formação docente, incorporando epistemologias indígenas e quilombolas como formas legítimas de conhecimento histórico. Trabalhar com esses documentos na educação básica e superior contribui para uma prática pedagógica intercultural, capaz de questionar o cânone historiográfico e promover a inclusão de vozes historicamente marginalizadas. Ao integrar oralidade, espiritualidade e coletividade como dimensões do ensino de História, as cartas oferecem aos professores ferramentas para construir uma educação intercultural que dialogue com as realidades territoriais e culturais dos estudantes.

A análise das cartas das Assembleias Xukuru do Ororubá revela que, além de registrar decisões coletivas, elas desempenham um papel fundamental na construção de realidades e no fortalecimento de uma resistência contínua. Esses documentos não são apenas arquivos históricos, mas práticas discursivas que tensionam as fronteiras entre memória, espiritualidade e identidade coletiva, desafiando as convenções da historiografia tradicional. Ao se apresentarem como tecnologias de resistência, as cartas questionam as normas epistemológicas hegemônicas e revelam as complexidades da relação entre poder, saber e território. Incorporá-las na formação de professores não apenas questiona a linearidade do conhecimento, mas também impõe uma reflexão sobre a necessidade de um repensar radical das estruturas educacionais e históricas. Este processo de descolonização não se limita a uma reivindicação do passado, mas propõe, de maneira crítica, um enfrentamento das lógicas de exclusão e subordinação, abrindo espaço para formas alternativas de saber que sejam profundamente enraizadas nas experiências e visões de mundo de povos que, historicamente, foram marginalizados. Assim, o trabalho pedagógico que se fundamenta nesse tipo de narrativa não é um ato de simples inclusão, mas de reconfiguração epistemológica que visa construir um campo de saberes mais justo e plural.

Palavras-chave: Educação intercultural. Epistemologias indígenas. Fontes históricas.



Referências:

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LE GOFF, Jacques. A história: desafios e métodos. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LUGONES, María. Colonialidade do ser, colonialidade do saber e colonialidade do poder. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque; RIBEIRO, Djamila; AKOTIRENE, Carla; LUGONES, María; BERNARDINO-COSTA, Joaze; outros. *Teorias decoloniais: diálogos sobre práticas e saberes*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A invenção do outro: os indígenas e o discurso antropológico. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica: repensando os horizontes pedagógicos. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.